

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA, LÍNGUAS CLÁSSICAS E VERNÁCULA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

PROJETO DE DOUTORADO

**EXCLUSÃO SOCIAL E PROTAGONISMO JUVENIL NO CONTEXTO DO
MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA:
UMA INVESTIGAÇÃO ETNOGRÁFICO-DISCURSIVA**

Viviane de Melo Resende

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Magalhães

BRASÍLIA

MAIO DE 2006

INTRODUÇÃO

O problema da precarização social no contexto do novo capitalismo é uma preocupação transdisciplinar que tem motivado pesquisadores em diversas áreas do conhecimento. A má distribuição de recursos, materiais e simbólicos, e de serviços públicos ultrapassa, nesse sentido, as fronteiras da Economia e da Política para inspirar trabalhos localizados no âmbito da Ciência Social Crítica (CSC), perspectiva científica que visa intervir ativamente na mudança social, assumindo uma posição emancipatória liberta do mito da neutralidade científica.

É nessa perspectiva crítica da prática de pesquisa que se situa o presente projeto, em que se pretende investigar a ação, a representação e a identificação no contexto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) no Distrito Federal. Além da investigação empírica dessas questões discursivas, que será feita por meio de dados etnográficos, o projeto também prevê etapas de pesquisa colaborativa, constituídas no desenvolvimento de oficinas de texto junto àquela comunidade e na construção conjunta de um jornal comunitário.

Há várias motivações para o desenvolvimento deste projeto. Em primeiro lugar, a pertinência de se investigar, no âmbito da Lingüística, questões de cunho social tangendo a má distribuição de recursos, dada a relevância contemporânea dessa discussão e a contribuição que a Análise de Discurso Crítica (ADC) e os Novos Estudos do Letramento (NEL) podem oferecer ao debate; em seguida, a pertinência da análise concernente aos movimentos sociais na modernidade tardia, dada a agenda de pesquisa da ADC em seu diálogo com a CSC; por fim, mas não menos importante, a relevância social da culminação do projeto no jornal comunitário, no que tange ao fortalecimento desse movimento social específico – o MNMMR.

A execução deste projeto trará contribuições para a ADC na perspectiva metodológica, pela articulação de métodos etnográficos diversos, como a observação participante, as notas de campo, as entrevistas focalizadas, o desenvolvimento de oficinas de texto e o jornal comunitário. Ademais, há também contribuições de cunho social, pois as oficinas de texto constituirão espaço de democratização de conhecimento especializado e o jornal comunitário possibilitará a divulgação das ações do MNMMR e a constituição de identidades de produtores de texto para atores sociais marginalizados nessa prática.

O projeto organiza-se em seções: *Delimitação do problema*, em que se discute a ação do MNMMR como movimento favorecedor do protagonismo juvenil; *Justificativa*, em que se defende a pertinência do projeto; *Questões de pesquisa*, em que se explicitam as questões e os objetivos da pesquisa; *Pressupostos teóricos*, em que se consideram as bases teóricas do trabalho; *Metodologia*, em que se delineiam os procedimentos, e, finalmente, *Cronograma*, em que se prevêem as etapas da pesquisa.

2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA: A PRECARIEDADE SOCIAL E A INFÂNCIA

Uma característica das famílias pobres brasileiras que pode ser levantada de imediato é que tendem a ser mais numerosas, com o dobro do número de crianças menores de dez anos que os domicílios não-pobres (SOARES, 2003). Apesar do estigma que tende a homogeneizar as trajetórias de crianças e adolescentes em situação de risco sob o rótulo ‘meninos(as) de rua’, é de se notar que não há homogeneidade de fatores determinantes. De acordo com Araújo (2003, p. 90-1), a multiplicidade de fatores desagregadores “se confronta diretamente com o estigma social de meninos e meninas de rua atribuído às crianças e adolescentes que estão nas ruas”.

O primeiro estigma generalizante do senso comum a respeito de ‘meninos(as) de rua’ é que seriam crianças abandonadas por suas famílias, crianças sem vínculo familiar. Não obstante, pesquisas demonstram que a maior parte das crianças e adolescentes em situação de risco conserva laços familiares (ver, por exemplo, SILVA, 1998). Nesse sentido, Escorel (2003, p. 157) registra que “os órfãos e abandonados constituem uma pequena parcela”. Embora a desestruturação familiar seja fator relevante para que crianças se submetam à situação de rua, a constatação de que a maioria das crianças nessa situação mantém laços familiares rompe o mito de que seriam crianças abandonadas por suas famílias e aponta os processos de situação de rua como um problema sociofamiliar, pois a exclusão dessas crianças e adolescentes começa com a exclusão econômica de suas famílias.

Embora a Constituição brasileira adote a teoria da proteção integral a crianças e adolescentes – que se define na responsabilização da família, da sociedade e do Estado por sua proteção –, o Estatuto da Criança e do Adolescente é freqüentemente desrespeitado, inclusive por falta de conhecimento da sociedade a seu respeito (MELO, 2001). Crianças e adolescentes protegidos(as) pelo Estatuto comumente desconhecem seu conteúdo e/ ou não sabem a que órgãos recorrer em caso de desrespeito de seus direitos.

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) atua nessa lacuna: busca ampliar o conhecimento de jovens acerca de seus direitos. O foco de ação do Movimento é a conscientização de crianças e adolescentes vítimas de exclusão social, que se encontram em situação de risco devido a sua localização desprivilegiada na distribuição de recursos materiais e simbólicos na sociedade. O conceito de ‘meninos e meninas de rua’ adotado pelo Movimento, então, é amplo: ultrapassa o senso comum de que pertencem a essa categoria apenas crianças e jovens que vivem nas ruas ou tiram dela seu sustento, para abarcar também crianças e jovens de famílias sócio-economicamente excluídas. Isso porque essas crianças e jovens encontram-se constantemente em situação de risco devido ao contexto de precariedade sócio-econômica em que se inserem.

A organização e a formação de meninos e meninas nessas condições é o projeto essencial do MNMMR. Esse projeto é posto em prática nos núcleos de base onde esses(as) jovens “debatem sua condição social de excluídos, adquirem conhecimento e despertam para a consciência de seus direitos, elaborando soluções e alternativa para suas vidas” (MNMMR, 2005). O centro da proposta, pautada no conceito de ‘protagonismo juvenil’, é que por meio da participação ativa o adolescente possa envolver-se na solução de problemas reais na comunidade e na sociedade. O que caracteriza o protagonismo juvenil é que o(a) jovem emerge como fonte de iniciativa, na medida em que é dele que parte a ação; de liberdade, uma vez que na raiz de suas ações está uma decisão consciente; e de compromisso, manifesto em sua disposição de responder por seus atos (COSTA, 1998).

No Distrito Federal, o MNMMR atua em quatro núcleos de base, localizados em quatro cidades satélites de Brasília cuja carência de investimento público é notória, a saber, Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia e Paranoá. Em cada um desses núcleos de base, o Movimento mantém oficinas de conscientização de crianças e jovens acerca dos direitos que a Lei lhes assegura, procurando favorecer o pensamento crítico e o protagonismo juvenil.

2 JUSTIFICATIVA

Este projeto de pesquisa não apenas é pertinente da perspectiva acadêmica no âmbito da Análise de Discurso Crítica (ADC), como também é socialmente relevante, visto que busca, para além da discussão meramente teórica, a ampliação da visibilidade de um grupo desprivilegiado na distribuição de recursos materiais e simbólicos – crianças e jovens sócio-economicamente excluídos(as) – e o fortalecimento de uma organização que visa defender os interesses desse grupo – o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, MNMMR.

A articulação entre a pertinência acadêmica do projeto e sua relevância social é parte da proposta da ADC, linha de pesquisa da Lingüística que advoga em favor do papel que a ciência pode cumprir na mudança social. Nesse sentido, este projeto é uma amostra de como a Lingüística pode atuar criticamente na melhor compreensão de questões sociais problemáticas, de como a Lingüística engajada nos conflitos sociais da atualidade pode ser socialmente pertinente, não só na crítica a relações de dominação, mas também no vislumbre de alternativas viáveis para a superação dessas relações problemáticas (RAJAGOPALAN, 2003).

Da perspectiva específica da contribuição do projeto para o desenvolvimento da ADC, a proposta original é a articulação de diversas metodologias etnográficas a serem postas em prática neste trabalho etnográfico-discursivo, a fim de investigar como esses(as) jovens e crianças se identificam em textos e interações e como representam discursivamente sua situação de exclusão. Serão metodologias

de coleta de dados a observação participante e as notas de campo, as entrevistas focalizadas, o desenvolvimento de oficinas de texto e a construção colaborativa de um jornal comunitário (ver a seção 5 – Metodologia – abaixo).

A articulação dessas duas últimas metodologias etnográficas de cunho colaborativo relaciona-se à atuação social prática que decorrerá do desenvolvimento deste projeto. As oficinas de texto que serão desenvolvidas junto aos núcleos de base do MNMMR no DF servirão não apenas para democratizar conhecimentos especializados acerca da produção textual, mas também, e sobretudo, para favorecer esses(as) jovens e crianças na construção de uma identidade como produtores de texto, de acordo com os pressupostos dos Novos Estudos do Letramento (STREET, 1984; SHUMAN, 1993). Esse esforço culminará no desenvolvimento colaborativo de um jornal comunitário que servirá tanto para a divulgação das ações do MNMMR – visto que o Movimento no DF não conta com nenhum instrumento de comunicação de suas atividades – quanto para o fortalecimento dos membros do grupo, que terão a oportunidade de se identificarem como autores de textos, desmistificando a autoria como uma prática exclusiva de intelectuais (MAGALHÃES, 2004).

A proposta está centrada nos conceitos de pesquisa colaborativa (IVANIC, 1998; ver seção 5) e democrática (CAMERON ET AL., 1992), e de protagonismo juvenil (COSTA, 1998), este relacionado à atuação de jovens como agentes da transformação de sua própria situação, à construção ativa de identidades de projeto, nos termos de Castells (1999). A relevância social deste projeto, constituída em sua possibilidade de atuação no fortalecimento do MNMMR e no empoderamento dos membros desse Movimento, sobretudo de crianças e jovens desprivilegiados(as) na distribuição de recursos materiais e simbólicos, justifica-o.

3 QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS

3.1 *Questões de pesquisa*

- (a) Como as crianças e jovens membros do MNMMR no DF identificam-se em textos e interações sociais?
- (b) Como as crianças e jovens membros do MNMMR no DF representam sua condição de exclusão? Que discursos subjazem a essas representações?
- (c) A que discursos se filia o MNMMR em defesa dos interesses de crianças e jovens vítimas da exclusão social?
- (d) Como o MNMMR do DF atua no fortalecimento do protagonismo juvenil? Quais as evidências discursivas disso, em textos e interações sociais?

- (e) A ação do MNMMR no DF junto a essas crianças e jovens colabora na construção ativa de identidades de projeto? Como? O que isso representa de fato para seu empoderamento?
- (f) Como o letramento é constituído nas práticas pedagógicas do movimento? Que implicações tem o letramento para o empoderamento dos sujeitos envolvidos?

3.2 *Objetivos iniciais*

- (a) Investigar, por meio de análise discursiva lingüisticamente orientada, a constituição da identidade dos sujeitos e grupos sociais implicados no MNMMR no DF.
- (b) Verificar as relações sociais estabelecidas entre os participantes em interações no/ do MNMMR no DF.
- (c) Verificar, por meio de análise discursiva lingüisticamente orientada, que discursos são recontextualizados nas atividades do MNMMR no DF.
- (d) Verificar os eventos e práticas de letramento envolvidos nas atividades do MNMMR e suas implicações.
- (e) Desenvolver, por meio de métodos colaborativos, oficinas de texto junto aos membros do MNMMR no DF.
- (f) Desenvolver, por meio de métodos colaborativos, um jornal comunitário junto aos membros do MNMMR no DF.

4 MARCO TEÓRICO: A TEORIA SOCIAL DO DISCURSO E A TEORIA SOCIAL DO LETRAMENTO

4.1 *Teoria Social do Discurso*

A Teoria Social do Discurso (TSD) baseia-se em uma percepção da linguagem como parte irredutível da vida social, dialeticamente conectada a outros elementos sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Trata-se de uma proposta que, com amplo escopo de aplicação, constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social. Os conceitos centrais da disciplina são os de *discurso e prática social*.

Fairclough (2001) define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade. Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que é constituído socialmente, mas também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social. Não há uma relação externa entre linguagem e sociedade, mas uma relação interna e dialética.

O ponto de partida para esse modelo teórico é a concepção da vida social como constituída de práticas, e da *prática social* como ação habitual da sociedade institucionalizada, traduzida em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados. As práticas, assim compreendidas, são constituídas na vida social, nos domínios da economia, da política e da cultura. Toda prática social é composta de *momentos* que se articulam e não podem ser reduzidos um ao outro. Os momentos constituintes de uma prática social são discurso, atividade material, relações sociais e ideologia. Nessa perspectiva, o discurso é visto como *um* momento da prática social ao lado de outros momentos igualmente importantes – e que, portanto, também devem ser privilegiados na análise, pois o discurso é um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais assim como é moldado por eles, em uma relação dialética de articulação. Através da análise de amostras discursivas situadas, pode-se perceber a internalização de outros momentos da prática no discurso, ou seja, a interiorização de momentos como, por exemplo, relações sociais e ideologias no discurso.

A ação social é vista como constrangida pelas permanências relativas de práticas sociais – as sustenta ou as transforma, dependendo das circunstâncias sociais e da articulação entre práticas e momentos de práticas. A articulação entre os momentos da prática assegura que a hegemonia é um estado de relativa permanência de articulações dos elementos sociais.

Fairclough (1997) define duas relações que se estabelecem entre discurso e hegemonia. Em primeiro lugar, a hegemonia e a luta hegemônica assumem a forma da prática discursiva em interações verbais, a partir da dialética entre discurso e sociedade – hegemônias são produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no discurso. Em segundo lugar, o próprio discurso apresenta-se como uma esfera da hegemonia, sendo que a hegemonia de um grupo é dependente, em parte, de sua capacidade de gerar práticas discursivas e ordens de discurso que a sustentem.

Uma vez que a hegemonia é vista em termos da permanência relativa de articulações entre elementos sociais, existe uma possibilidade intrínseca de desarticulação e rearticulação desses elementos. Essa possibilidade relaciona-se à agência humana. Para Chouliaraki & Fairclough (1999), a ação representa um artifício potencial para a superação de relações assimétricas.

São os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – em uma visão dialética da relação entre estrutura e ação. No evento discursivo, normas são modificadas, questionadas ou confirmadas – em ações transformadoras ou reprodutivas. Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais – acarretam mudanças em nosso conhecimento, em nossas crenças, atitudes, valores e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003). Essas mudanças não estão, contudo, em uma relação unilateral, visto que a dialética estrutura/ação também atua, em sua faceta discursiva, na relação texto/agente (CHOULIARAKI

& FAIRCLOUGH, 1999). Agentes sociais são socialmente constrangidos, mas suas ações não são totalmente determinadas: agentes também têm seus próprios ‘poderes causais’ que não são redutíveis aos poderes causais de estruturas e práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Isso significa que, embora haja constrangimentos sociais definidos pelos poderes causais de estruturas e práticas sociais, os agentes sociais são dotados de relativa liberdade para estabelecer relações inovadoras na (inter)ação, exercendo sua criatividade e modificando práticas estabelecidas. Desse modo, a importância do discurso na vida social transita entre a regulação e a transformação.

De um ponto de vista discursivo, a luta hegemônica pode ser vista como disputa pela sustentação de um *status* universal para determinadas representações particulares, do mundo material, mental e social (FAIRCLOUGH, 2003). Nessa perspectiva, uma vez que o poder depende da conquista do consenso e não apenas dos recursos para o uso da força, a ideologia tem importância na sustentação de relações de poder. O conceito de hegemonia, então, enfatiza a importância da ideologia no estabelecimento e na manutenção da dominação, pois se hegemônias são relações de dominação baseadas mais no consenso que na coerção, a naturalização de práticas e relações sociais é fundamental para a permanência de articulações baseadas no poder (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). Para Fairclough (1997), as convenções do discurso podem encerrar ideologias naturalizadas, que as transformam num mecanismo eficaz de preservação de hegemônias. Uma vez que as ideologias têm existência material nas práticas discursivas, a investigação dessas práticas é também a investigação de formas materiais de ideologia (FAIRCLOUGH, 2001).

Fairclough (2003) postula uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos – gêneros, discursos e estilos são modos relativamente estáveis de agir, de representar e de identificar, respectivamente. A análise discursiva é um nível intermediário entre o texto em si e seu contexto social – eventos, práticas, estruturas. Então, a análise de discurso deve ser simultaneamente a análise de como os três tipos de significado são realizados em traços linguísticos dos textos e da conexão entre o evento social e práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos.

Há três principais tipos de significado que podem ser identificados nos textos: ação, representação e identificação. Em primeiro lugar, a fala e a escrita são modos de ação e de interação, então o discurso figura como parte da ação, em seu significado acional – e os gêneros são formas de (inter)ação. Segundo, o discurso tem importância nas representações do mundo material, mental e social, em seu significado representacional – e pode-se distinguir diferentes discursos representando aspectos do mundo de diferentes perspectivas. Finalmente, a construção da identidade é em parte uma questão discursiva – e o uso da linguagem em seu aspecto identificacional é chamado de estilo. Ação,

representação e identificação são significados que estão sempre simultaneamente presentes nos textos, e, embora cada um desses significados delinear categorias lingüísticas de análise específicas, a relação entre eles é dialética, o que implica uma perspectiva social dos textos.

O foco da TSD na dialética entre estrutura e ação e na relação entre eventos, práticas e estruturas aponta a possibilidade de sua articulação com a Teoria Social do Letramento, o que será útil no desenvolvimento deste projeto.

4.2 Teoria Social do Letramento

A Teoria Social do Letramento (TSL) constitui-se em uma reflexão crítica a respeito do papel da escrita nas sociedades, em resposta à percepção hegemônica do letramento como tecnologia, habilidade passível de análise descontextualizada, desencaixada de eventos concretos. Essa percepção hegemônica de letramento, caracterizada como “modelo autônomo de letramento” (STREET, 1984), é baseada em mitos questionáveis acerca do papel da escrita e de suas conseqüências para indivíduos e sociedades. Um primeiro mito acerca do letramento é que a simples aquisição da escrita resultaria em um ganho cognitivo, postulando-se uma divisão qualitativa entre sociedades letradas e iletradas e, por conseguinte, entre indivíduos letrados e iletrados.

De acordo com essa abordagem, o letramento é percebido como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento de uma dada sociedade. O ‘iletramento’, em conseqüência, passa a ser visto como uma ameaça à liberdade, ao desenvolvimento econômico e tecnológico e ao bem-estar social (ROCKHILL, 1993). Nessa perspectiva, emerge um segundo mito acerca do letramento: o indivíduo considerado ‘iletrado’ é categorizado como potencialmente perigoso, associado a comportamentos considerados desviantes de padrões estabelecidos. A aquisição do letramento torna-se uma obrigação social do indivíduo, visando ao desenvolvimento da sociedade, e sua ausência é estigmatizada.

A expansão do letramento, entendida nesse modelo restrito como associada necessariamente à escolarização, é legitimada como essencial à equidade de oportunidades de ascensão social. Assim como o letramento é percebido como condição suficiente ao desenvolvimento social, é também percebido como condição suficiente de desenvolvimento individual, o terceiro mito do letramento. A universalização do ensino básico é, nesse sentido, tomada como equalização de oportunidades de ascensão social. Uma vez que as oportunidades de acesso ao letramento são representadas como universais, a responsabilidade do ‘sucesso’ recai sobre os indivíduos. Há, entretanto, uma contradição entre esse discurso da política de letramento e o que de fato se pode observar: embora um discurso de

(in)competência ou (falta de) motivação seja hegemônico, transferindo para os indivíduos a responsabilidade por seu (não-)desenvolvimento, a aquisição do letramento sempre está associada a contextos de poder e de distribuição desigual de recursos simbólicos. No caso específico do Brasil, Magalhães (1995: 202) nota que “o sistema educacional brasileiro tem favorecido historicamente os grupos sociais detentores de poder, negligenciando a educação das camadas populares”. A educação, nesse sentido, torna-se a grande falácia contemporânea, e o requinte de crueldade dessa ‘democratização’ é transferir a responsabilidade do fracasso, em termos de (in)competência pessoal (BOURDIEU, 1997).

Em resposta a essa perspectiva autônoma e elitista acerca do letramento, a TSL busca teorizar o caráter múltiplo do letramento, enfatizando a necessidade de contextualização dos estudos nas práticas sociais. Street (2000) sugere que os letramentos são múltiplos, não há um letramento autônomo, singular, nem um único letramento associado a cada cultura. O reconhecimento da multiplicidade de letramentos descola o conceito da exclusividade do domínio escolar e permite questionar a natureza das relações de poder entre os diversos ‘letramentos’. A necessidade de contextualização dos estudos, por sua vez, decorre do fato de que “a construção do letramento está inserida nas práticas discursivas e nas relações de poder da vida cotidiana: é socialmente construído, materialmente produzido, moralmente regulado e carrega um significado simbólico que não pode ser captado se reduzido” (ROCKHILL, 1993: 171). Nesse sentido, Barton & Hamilton (1998: 57) alertam que “são necessários métodos que nos permitam examinar em detalhe o papel do letramento na vida das pessoas e nas histórias e tradições de que fazem parte”.

O caráter constitutivo do letramento nessa perspectiva destaca a relevância dos conceitos de ‘eventos de letramento’ e ‘práticas de letramento’ para a TSL. O conceito de eventos de letramento, desenvolvido no trabalho pioneiro de Heath (1983), refere-se a toda situação na qual um texto escrito de qualquer natureza aparece integrado à interação entre os participantes no evento e interfere na interpretação de seus significados. Eventos de letramento, então, são interações sociais concretas, materiais. A materialidade do conceito, para Street (2000), carrega um risco em potencial: a focalização apenas da descrição de eventos pode ofuscar o fato de que os significados são construídos. Esse risco pode ser evitado pela noção de dialética entre eventos e práticas, presente tanto na TSD quanto na TSL.

As práticas de letramento são definidas como modelos sociais que os(as) participantes trazem aos eventos de letramento e que lhes fornecem significados. Isso implica que para um evento de letramento trazemos modelos sociais relacionados à natureza da prática (STREET, 2000), pois eventos de letramento são eventos sociais complexos integrados nas rotinas institucionais e comunitárias, nas práticas de letramento (MAGALHÃES, 1998). A dialética entre eventos e práticas, por um lado, ressalta a

continuidade das práticas pelo constrangimento que os modelos sociais operam sobre os eventos, mas, por outro lado, evidencia também a abertura inerente às práticas pela possibilidade de transformação criativa nos eventos. A relação entre eventos e práticas de letramento é, então, uma faceta da relação entre ação e estrutura social. Rockhill (1993: 158) capta a necessidade de abordagem dessa dialética nos estudos de letramento: “para estudar como o poder opera na manutenção de dominação devemos considerar as relações sociais e práticas materiais concretas da vida quotidiana que regulam nossas subjetividades, assim como as estruturas de significado simbólicas e ideológicas por meio das quais interpretamos nossas experiências”.

O conceito de letramento como prática social permite compreender as variações de usos e significados do letramento em contextos diversos, por isso para a TSL “o letramento é visto como um campo para investigação de processos de hegemonia, relações de poder, práticas e discursos em competição” (STREET, 2000: 25). Essa sobreposição de escopos entre a TSL e a TSD assegura a possibilidade de articulação entre as duas teorias.

5 METODOLOGIA

A etnografia é definida como um método para pesquisa social que agrupa a análise de dados empíricos selecionados sistematicamente para a pesquisa, provenientes de contextos situados e de uma gama complexa de fontes, embora o foco deva ser relativamente estreito em escala, envolvendo poucos grupos de indivíduos (HAMMERSLEY, 1994). A coleta de dados etnográficos e sua fixação em textos passíveis de análise seguem um arcabouço metodológico estabelecido, que conta com variados métodos a serem acessados de acordo com os objetivos de cada pesquisa. É imprescindível, em se tratando de pesquisa crítica, comprometida com a ética, que desde os estágios iniciais da pesquisa os objetivos da investigação e os métodos que se pretende adotar sejam discutidos e negociados com os participantes, em uma prática de pesquisa que prima pela clareza e pelo respeito aos sujeitos.

No desenvolvimento deste projeto, a coleta de dados será feita por meio da articulação de diversos métodos etnográficos, e essa articulação definirá a contribuição original do projeto para os estudos em Análise de Discurso Crítica (ADC). Serão procedimentos utilizados a observação participante e as notas de campo, as entrevistas focalizadas, o desenvolvimento de oficinas de texto e a construção colaborativa de um jornal comunitário. Cada um desses procedimentos será brevemente explicitado abaixo.

A *observação participante* opõe-se à observação (pretensamente) objetiva, em que o contexto social pesquisado é abordado ‘de fora para dentro’. A observação participante, ao contrário, define-se pela perspectiva interna, situada na ação cotidiana, em que o(a) pesquisador(a) envolve-se diretamente na

atividade dos(as) participantes da pesquisa. Uma vantagem da observação participante é o acesso a certas presunções que em uma dada comunidade são tomadas como tácitas e que, de outra forma, apenas seriam disponibilizadas por meio das representações da própria comunidade (BOGDWIC, 1992).

A observação participante será o método inicial para coleta de dados na pesquisa, porque uma aproximação paulatina com relação ao contexto de pesquisa e aos participantes assegura maior validade dos dados, uma vez que aos poucos se estabelece *rapport*, se conquista mais confiança dos sujeitos envolvidos e menos interferência da presença da pesquisadora no contexto de pesquisa – isso não significa que eu alimente a ilusão de me manter neutra em campo ou, mais que isso, que a neutralidade seja meu objetivo. Significa apenas que me tornar parte do contexto em que pretendo fazer minha pesquisa, e assim estabelecer relação prévia com os participantes, é um modo de assegurar a coleta de dados – no sentido do acesso a campo – e a validade dos dados – no sentido da obtenção de informações no momento das entrevistas. Neste projeto, a observação participante será realizada no contexto das oficinas oferecidas pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) nos núcleos de base no DF, em Samambaia, Ceilândia, Recanto das Emas e Paranoá. Essa primeira etapa da pesquisa será feita durante três meses, no segundo semestre de 2005.

A observação será registrada em *notas de campo*. As notas de campo constituem um momento importante no trabalho de campo porque articulam, no discurso, as diversas metodologias acessadas em uma pesquisa particular, integrando percepções e interpretações associadas aos vários momentos da pesquisa. Optei por tomar notas sob a forma de diário de pesquisa, com a finalidade registrar minhas impressões acerca das interações de que participei. Sanjek (1993) define os diários de pesquisa como produtos escritos do trabalho de campo que têm um propósito catártico para etnógrafos(as) porque registram reações pessoais, frustrações e conquistas da vida e do trabalho no campo. Além disso, o diário de pesquisa é um ambiente intertextual no sentido de que entre as impressões anotadas também se registram as relações percebidas entre a prática da pesquisa particular e a ‘teoria de método’ adotada – entre a previsão abstrata do desenho da pesquisa e a realização concreta do trabalho de campo – e entre as metodologias e as teorias acessadas na pesquisa. Daí sua utilidade no favorecimento da reflexividade.

As notas são úteis como auxílio à memória, e devem ser acessadas no momento da análise dos dados, a fim de assegurar a validade da interpretação. Ademais, a prática de se fazer notas de campo já é parte da interpretação e pode ser útil para a seleção de que tópicos serão então investigados (STUBBS, 1987). Por isso as notas não devem ser consideradas fontes secundárias para serem analisadas depois: elas carregam de antemão um tipo de análise. As primeiras notas de campo já começaram a ser tomadas, desde meu primeiro contato com o Movimento e nas reuniões de que venho participando. O método continuará sendo utilizado durante todo o desenvolvimento do projeto.

Uma vez estabelecido contato com os participantes por meio da observação, a pesquisa passará a uma segunda etapa: as *entrevistas* a serem realizadas com membros do MNMMR no segundo semestre de 2005. Participarão das entrevistas tanto líderes de núcleos de base do Movimento quanto jovens que deles participam. As entrevistas serão *focalizadas*, isto é, embora o objetivo seja focalizar questões específicas, relacionadas à experiência dos participantes com o MNMMR, as entrevistas não passarão por um planejamento rigoroso de questões a serem levantadas, uma vez que a participação essencial neste tipo de entrevista é a do entrevistado e não a do entrevistador (MAGALHÃES, 1986). A vantagem desse método é deixar os(as) participantes livres para relatarem o que considerem relevante acerca do tema estudado, o que tem o duplo mérito de alcançar a perspectiva dos sujeitos face ao tema e de não invadir de maneira indesejável sua privacidade.

Embora no método de entrevista focalizada não seja desejável uma lista de perguntas a serem feitas, é útil levantar desde o início os temas a serem abordados. Haverá três principais eixos temáticos nas entrevistas: (1) o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; (2) o protagonismo juvenil e (3) o letramento nesse contexto. Note que os três eixos temáticos permanecem integrados ao contexto do MNMMR, o que garante a articulação entre eles. A fim de favorecer a reflexividade dos(as) participantes da pesquisa acerca dessas questões, pretendo pedir-lhes que desenvolvam descrições acerca desses eixos temáticos. Haverá abertura também para os(as) participantes da pesquisa sugerirem outros eixos temáticos e outras questões, de acordo com sua própria agenda de interesses. A pesquisa procurará abarcar esses interesses sempre que possível, de acordo com os pressupostos da pesquisa democrática. As entrevistas serão gravadas em áudio, e as transcrições resultarão em dados a serem analisados sob o foco da ADC.

A terceira etapa da pesquisa será o desenvolvimento de *oficinas de texto* junto aos núcleos do MNMMR no DF. As oficinas serão abertas a quaisquer membros do Movimento que se interessem em participar. Em princípio, servirão para compartilhar conhecimentos especializados acerca de produção textual e gêneros discursivos, de acordo com os interesses que forem demonstrados pelos participantes, promovendo uma democratização de conhecimento. Não é relevante definir conteúdos *a priori*, pois essa definição deve ser feita de maneira conjunta. Durante as oficinas serão tomadas *notas de campo*.

As oficinas atentarão para produção e interpretação de texto, o que possibilitará a discussão de temas de interesse da comunidade, por meio da seleção e leitura conjunta de textos e da produção de textos relacionados aos temas. Procurarei integrar pressupostos da teorização acerca da Consciência Lingüística Crítica (CLC), por meio da discussão de temas que decorrem das lutas comunitárias e das condições sociais dos(as) participantes (FAIRCLOUGH, 1992). O objetivo é que os participantes possam utilizar a linguagem, oral e escrita, para refletir sobre as causas sociais de suas experiências. Magalhães

(1998, p. 111-12) destaca três modos pelos quais a CLC pode favorecer atores sociais em posição desprivilegiada na distribuição do capital lingüístico: (i) pode ajudá-los a tornarem-se mais conscientes de como um variante lingüística é imposta como superior, de prestígio; (ii) pode ajudá-los a tornarem-se mais conscientes do modo como grupos hegemônicos tendem a dominar suas interações com outras pessoas; pode ajudá-los a tornarem-se mais conscientes de como produtores de textos orais e escritos impõem ideologias por meio da linguagem.

As oficinas deverão servir também para iniciar o processo de *desenvolvimento do jornal comunitário*. A construção conjunta desse jornal será a quarta etapa do trabalho de coleta de dados, em dois sentidos: como processo e como produto. Primeiro, a própria organização do jornal proverá dados etnográficos de *observação participante* e respectivas *notas de campo*; segundo, o jornal em si será constituído de textos de autoria da própria comunidade, e esses textos também constituirão dados lingüísticos. É importante que o jornal não seja uma imposição da pesquisa – o objetivo não é uma intervenção vertical – mas uma construção efetivamente colaborativa. Ivanic (1998) explica que a *pesquisa colaborativa* define-se pelo envolvimento ativo dos participantes na pesquisa, pelo compartilhamento de objetivos, processos e resultados. Nesse sentido, o desenvolvimento do jornal será de fato um método colaborativo se servir aos interesses dos participantes, se no processo as decisões forem tomadas conjuntamente, e se o resultado trazer benefício para a comunidade. Por isso a construção precisa ser conjunta, o que inclui a decisão acerca dos tipos de texto (editoriais) a serem incluídos, dos temas a serem tratados, enfim, um processo democrático no qual os participantes possam se identificar, no sentido de construir identidades, como autores de textos. O método colaborativo será utilizado, então, a fim de favorecer o empoderamento dos sujeitos participantes e da comunidade, o que envolve o retorno ao campo a fim de democratizar os conhecimentos gerados e as interpretações (CAMERON *et al.*, 1994).

Na realização deste projeto, os dados serão analisados qualitativamente. A pesquisa qualitativa lida com interpretações da realidade social por meio de dados interpretativos; é uma forma de pesquisa crítica e potencialmente emancipatória: por meio da pesquisa qualitativa as ciências sociais críticas identificam estruturas de poder naturalizadas em um contexto sócio-histórico definido. Por isso, a pesquisa qualitativa é essencial quando se pretende focar representações de mundo, relações sociais, identidades, opiniões, atitudes, crenças, ideologias ligadas a um meio social. Isso justifica a escolha da metodologia interpretativa para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa, de acordo com a concepção de discurso adotada. Todos os dados lingüísticos serão analisados de acordo com o arcabouço da ADC (FAIRCLOUGH, 1989, 2001, 2003; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999). As categorias de análise lingüística não serão definidas a priori, dependerão das necessidades evidenciadas pelos dados coletados.

6 CRONOGRAMA

SEMESTRES	ATIVIDADES
1º semestre/ 2005	Obtenção de créditos e elaboração dos capítulos iniciais da tese
2º semestre/ 2005	Coleta de dados etnográficos: observação participante, entrevistas focalizadas
1º semestre/ 2006	Desenvolvimento de oficinas de texto e de jornal comunitário (pesquisa colaborativa)
2º semestre/ 2006	Qualificação, estágio do “doutorado sanduíche”
1º semestre/ 2007	Estágio do “doutorado sanduíche”
2º semestre/ 2007	Análise de dados
1º semestre/ 2008	Retorno a campo e redação da tese
2º semestre/ 2008	Revisão e defesa da tese

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, C.H. Migrações e vida nas ruas. In: M.BURSZTYN (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 88-120.
- BARTON, D. & M. HAMILTON. *Local literacies: reading and writing in one community*. London; New York: Routledge, 1998.
- BOGDEWIC, S.P. Participant observation. In: CRABTREE, B.F. & W.L. MILLER (eds.). *Doing qualitative research*. Newbury Park: Sage, 1992. pp. 45-69.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CAMERON, D. *ET AL. Researching language*. London: Routledge, 1992.
- _____. The relations between researcher and researched: ethics, advocacy and empowerment. In: D. GRADDOL ET AL. *Researching language and literacy in social context*. Clevedon; Philadelphia; Adelaide: The Open University, 1994. pp. 18-25.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHOUliARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press, 1999.
- COSTA, A.C.G. *Protagonismo juvenil*. Salvador: Fundação Odebrecht, 1998 (mimeo).
- ESCOREL, S. Vivendo de teimosos. In: M.BURSZTYN (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. pp. 139-171.
- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- _____. (ed.) *Critical discourse awareness*. Londres: Longman, 1992.
- _____. Discurso, mudança e hegemonia. In: E. R. PEDRO (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sócio-política e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p.77-104.

- _____. *Discurso e mudança social*. Coord. trad., revisão e prefácio à ed. bras. I. Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- HAMMERSLEY, M. Introducing ethnography. In: D. GRADDOL ET AL. *Researching language and literacy in social context*. Clevedon; Philadelphia; Adelaide: The Open University, 1994. pp. 1-17.
- HEATH, Shirley Brice. *Ways with words*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- IVANIC, R. Power, ethics and validity. In: S. GIEVE & I. MAGALHÃES. *Proceedings of the 4th annual C.R.I.L.E. seminar*. Lancaster University, 1998. pp. 116-120.
- MAGALHÃES, I. Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso. In: *DE.L.T.A.* v.2, n.2, 1986. pp. 181-205.
- _____. Práticas discursivas de letramento. In: KLEIMAN, A.B. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de letras, 1995. pp. 201-235.
- _____. Adult literacy research, ideology and empowerment. In: S. GIEVE & I. MAGALHÃES. *Proceedings of the 4th annual C.R.I.L.E. seminar*. Lancaster University, 1998. pp. 89-115.
- _____. Interdiscursividade e identidade de gênero. In: I. MAGALHÃES & M.C. LEAL. *Discurso, gênero e interação*. Brasília, Oficina Editorial, 2004. pp. 33-63.
- MELO, E.U. Aspectos sobre o trabalho forçado e o trabalho infantil no Brasil. In: *Cadernos do CEAM*. Brasília: Núcleo de Estudos da Infância e Juventude, 2001. pp. 51-58.
- MNMMR. Organização e formação de meninos e meninas. Disponível na Internet. <http://pages.apis.com.br/mnmmr/port/organiza.html>. 14 fev. 2005.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica*. São Paulo: Parábola, 2003.
- ROCKHILL, K. Gender, language and the politics of literacy. In: STREET, B. (org.). *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. pp. 156-175.
- SANJEK, R. A vocabulary for fieldnotes. In: SANJEK, R. (ed.). *Fieldnotes*. London: Cornell University Press, 1993. pp. 92-137.
- SHUMAN, A. Collaborative writing: appropriating power or reproducing authority? In: STREET, Brian (org.). *Cross-cultural approaches to literacy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. pp. 247-271.
- SILVA, R.C.O. Práticas e representações em torno das relações entre casa e rua. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.
- SOARES, L.T. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- STREET, B. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- _____. Literacy events and literacy practices. In: MARTIN-JONES, M. & K. JONES. *Multilingual literacies*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000. pp. 17-29.
- STUBBS, M. *Discourse analysis*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.